

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGIB

1 Aos sete dias do mês de agosto de 2008, às 14 h no Ministério da Integração Nacional,  
2 Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 8º Andar, Sala 620. Brasília-DF o CGSGIB se  
3 reuniu com a presença de José Luiz de Souza (MI/SIH), Christian André Haddad Govastki  
4 (MME), Julio Thadeu Silva Kettelhut (MMA/ SRHU), Pedro Antônio Bertone Ataíde (Casa  
5 Civil), José Cruz Filho (Casa Civil), Celso de Macedo Veiga (Estado do Rio Grande do Norte  
6 /IGARN - SEMARH), Francisco José Coelho Teixeira (Estado do Ceará/COGERH), Daniel  
7 Osterne Carneiro (Estado da Paraíba/AESA), e como convidados Francisco Viana (ANA),  
8 Carlos Motta Nunes (ANA), Luciano Meneses Cardoso da Silva (ANA), Demétrios Christofidis  
9 (MI/SIH) e Luna Bouzada Flores Viana (Casa Civil). O Coordenador em exercício do Conselho,  
10 Jose Luiz de Souza, após verificação da existência de quorum regimental, declarou aberta a  
11 reunião. Em seguida, procedeu a leitura da ajuda-memória da segunda reunião ordinária  
12 abrindo para apreciação e sugestões quanto a possíveis alterações. Após feitas algumas  
13 sugestões para a adequação do documento, posto em votação, foi aprovado por  
14 unanimidade. O Coordenador propôs inversão na pauta iniciando pelas apresentações, já  
15 que a ANA como convidada se ausentaria em seguida. Seguindo a ordem do dia o  
16 Conselheiro Francisco José Coelho Teixeira mostrou uma visão geral do sistema,  
17 destacando o papel de cada órgão e o processo de gestão, notadamente os instrumentos.  
18 Enfatizou o papel da COGERH, uma sociedade de economia mista vinculada à  
19 Secretaria de Recursos Hídricos do estado e enfatizou os planos estaduais  
20 complementares às obras de Integração de Bacias. Chamou a atenção para a situação da  
21 água subterrânea que se encontra no limite de exploração. Ressaltou que a água do PISF  
22 entrando pelo rio Salgado (localizado na área de influência do PISF), chegará a todo o  
23 estado perenizando todos os rios do Ceará. Seguindo o mesmo objetivo, Daniel Osterne  
24 Carneiro representante do Estado da Paraíba, trouxe ao conhecimento de todos a  
25 estrutura da Gestão Hídrica do estado. Daniel lembrou que é importante se ter uma  
26 definição rápida de quem será a Operadora Federal e destacou os benefícios que o PISF  
27 trará, especialmente para a área central da Paraíba que é uma das regiões do Brasil mais  
28 castigadas pela seca. Em sua apresentação Daniel destacou que há poços na região do  
29 Cariri Paraibano cuja salinidade é mais alta que da água do mar e que precisa de ajuda  
30 do Governo Federal para contratar especialistas para estudar a utilização da água do  
31 PISF alocada à Paraíba de modo que as águas locais se destinem para outros usos.  
32 Finalizando, falou sobre os planos estaduais que irão complementar as obras da  
33 transposição. Após considerações e perguntas dos conselheiros e os devidos  
34 esclarecimentos, o presidente da mesa referindo-se ao trabalho apresentado pelo  
35 representante da Paraíba destacou que pode servir de modelo para os demais estados de  
36 forma que todos juntos componham o modelo de gestão a ser concebido e elaborado  
37 para o PISF. Dando continuidade à fase de apresentações, o presidente da mesa  
38 convidou o representante da Agência Nacional de Águas, Dr. Francisco Viana para  
39 apresentar contribuições o Modelo de Gestão que obrigatoriamente será apresentado ao  
40 Ministério da Integração Nacional até dezembro de 2008. O Dr. Luciano Meneses  
41 Cardoso da Silva e o Dr. Francisco Viana falaram sobre a outorga de direito de uso de  
42 recursos hídricos e o certificado de avaliação de sustentabilidade da obra hídrica -  
43 CERTOH. Francisco Viana ressaltou que a ANA está atenta à cobrança a ser imputada  
44 às águas que serão utilizadas pelo Projeto de Integração de Bacia, de modo a evitar  
45 possíveis desgastes quanto a valores exorbitantes a ela atribuído. Voltando ao ponto de  
46 pauta (informes dos conselheiros) o presidente da mesa falou do resultado da caravana  
47 organizada pelo Comitê Pró-Transposição com destino as obras do PISF, remarcando  
48 que essa iniciativa deve ser seguida pelos outros estados e apoiado pelo projeto. O  
49 representante do Rio Grande do Norte Celso de Macedo Veiga informou que o estado  
50 reformulou o sistema de recursos hídricos e está procedendo estudo para definir o  
51 quadro de pessoal e, avançando com o plano de águas (quali-quantitativo). Ressaltou  
52 que no estado não há mais espaço para barragens e a última está em construção

53 (Oiticica), fechando, assim, o ciclo de adutora. O conselheiro Pedro Antônio Bertone  
54 Ataíde falou da preocupação com relação à demarcação de terras indígenas na tomada  
55 de água em terras reclamadas apelos índios da tribo Truka, em Pernambuco. Há  
56 alegações de que a tomada d' água está em terras indígenas. É importante atenção para  
57 este fato, pois qualquer problema na definição e demarcação dessas terras implica em  
58 atrasos nas obras. Pedro Bertone enfatizou que a definição da operadora federal é ponto  
59 central e que o MI precisa trazer para discussão qual sua percepção sobre essa entidade.  
60 Sugeriu uma comissão que dê ânimo ao processo de concepção e elaboração do modelo  
61 de gestão. O conselheiro Daniel Carneiro reforçou que uma vez iniciado o processo de  
62 elaboração do modelo pelo Governo federal os estados se animarão. Referindo-se à  
63 apresentação da Paraíba o conselheiro Júlio Tadeu enfatizou que o roteiro da Paraíba  
64 está interessante, é realidade e sazonaliza a demanda. Questionou, também, se o Modelo  
65 de Gestão vai se basear na oferta, demanda, ou em ambos. O conselheiro Francisco  
66 Teixeira lembrou que dois cenários podem ocorrer: i) os estados brigarem até para não  
67 ter água devido ao custo (suposição) e. ii) diante do crescimento econômico, ocorrência  
68 de escassez hídrica, haver disputa por água. Isto ensejou ampla discussão sendo  
69 esclarecido que há uma garantia assegurada por 35 anos para o abastecimento humano.  
70 Seguindo proposta do representante da ANA, o conselheiro Celso de Macedo Veiga  
71 sugeriu criar a comissão permanente de acompanhamento do Modelo de Gestão.  
72 Finalizando, o presidente da mesa agradeceu a presença de todos já convocando para  
73 próxima reunião com data indicativa para o dia 12 de setembro próximo e que a  
74 convocatória será expedida oportunamente. Como encaminhamentos da reunião,  
75 destacam-se: Contactar a Fundação Getúlio Vargas para que possam realizar  
76 apresentação sobre estudos, da viabilidade e sustentabilidade do modelo de gestão e o  
77 senhor Carlos Motta para fazer um contraponto e apresentar o estudo por ele realizado;  
78 A Integração de Bacias representa garantia hídrica para os estados receptores, porém  
79 para a Paraíba representa sobrevivência. Os estudos apresentados com relação à  
80 utilização das águas a serem transpostas para este estado estão bem articulados, servindo  
81 de exemplo para os demais estados receptores; A Casa Civil vem acompanhando o  
82 "conflito" relativo ao ponto de tomada d'água na ilha de Assunção. Faz-se necessário  
83 um esforço conjunto com a participação do governo de Pernambuco na negociação de  
84 uma solução; Discutir em cada estado seus respectivos modelos de forma a compor e  
85 subsidiar a concepção e elaboração do modelo de gestão, objeto do Decreto nº  
86 5.995/2006. É premente intensificar os trabalhos para elaboração do modelo de gestão e  
87 discernir o operador federal do PISF.

*K... ..*  
*Paulo Sérgio Moura*  
*Presidente do Comitê*  
*[Assinatura]*